

P R O J E C T O



**PROTOCOLO**

O Património Azulejar português é de uma riqueza e valor incalculáveis, ocupando um lugar de relevo não só no Património Histórico e Artístico do nosso país, como no Património da Humanidade, destacando-se pela sua qualidade, quantidade e pela sua especificidade de estilos, materiais e técnicas.

Urge, por isso, defendê-lo e preservá-lo para as gerações seguintes, a todo o custo e por todos os meios lícitos ao nosso alcance.

Como contributo para esta estratégia de salvaguarda, foi criado o **Projecto SOS Azulejo**, para o qual se elabora o presente Protocolo.

Assim, considerando:

- A grave e crescente delapidação do património azulejar português, sobretudo por furto, mas também por vandalismo, negligência e ausência de cuidados de conservação a que temos assistido, com cada vez maior preocupação, nos últimos anos;
- A necessidade de combater este problema multifacetado nas suas diversas vertentes e circuitos, de um modo global e multidisciplinar, com vista a uma maior eficácia,
- A “competência em matéria de prevenção criminal da Polícia Judiciária” definida no Decreto-Lei nº275-A/2000, de 9/11, artigo 4º, nomeadamente alínea f), e o posicionamento privilegiado do seu museu – órgão do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais - como ponto de encontro das perspectivas cultural e policial;

É celebrado o presente Protocolo, que estabelece o quadro de cooperação entre as seguintes entidades:

- Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (ISPJCC);
- Instituto Politécnico de Tomar; (IPT);
- Instituto Português do Património Arquitectónico(IPPAR);
- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Polícia de Segurança Pública (PSP)

E que se rege pelas seguintes cláusulas:

1.º

Após a iniciativa de criação do Projecto SOS Azulejo e de captação dos respectivos Parceiros, o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais, através do seu órgão constitutivo Museu e Arquivos Históricos de Polícia Judiciária, coadjuvado por membros das Brigadas contra o Furto e Tráfico de Obras de Arte da Polícia Judiciária a nível nacional, compromete-se a:

- a) Coordenar o Projecto e a comunicação entre todas as partes intervenientes no mesmo;
- b) Contribuir para os estudos e conteúdos pedagógicos e de divulgação do Projecto, nas suas diversas formas, sobretudo no que concerne à segurança preventiva deste tipo de património;
- c) Promover, em colaboração com os Parceiros, todo o tipo de iniciativas para o desenvolvimento da salvaguarda do Património Azulejar português, como a divulgação de imagens de azulejos furtados, o incentivo à fiscalização de Feiras e Antiquários pelas entidades competentes, a elaboração de inventários e estudos, a publicação de suportes pedagógicos de conservação e segurança preventivas, a divulgação através de acções de formação, seminários, workshops, exposições, sites e media, etc.
- d) Procurar obter apoios que possibilitem a boa prossecução do Projecto e geri-los criteriosamente;

2.º

O Instituto Politécnico de Tomar (IPT), compromete-se a:

- a) Elaborar os conteúdos relativos à área disciplinar da preservação e conservação de azulejos para os suportes pedagógicos e de divulgação a editar e/ou utilizar no âmbito deste Projecto, nomeadamente o Manual de Conservação de Azulejos a publicar no âmbito do Projecto SOS Azulejo;
- b) Participar na elaboração de estudos, na publicação de suportes pedagógicos, na divulgação através de acções de formação, seminários, workshops, exposições, sites e media, etc
- c) Apoiar e divulgar o Projecto dentro dos seus círculos de acção e influência;

3.º

O Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAA), compromete-se a:

- a) Colaborar, na medida do possível e dos recursos disponíveis, na elaboração de estudos, na publicação de suportes pedagógicos, na divulgação através de acções de formação, seminários, workshops, exposições, sites e media, etc;
- b) Apoiar e divulgar o Projecto dentro dos seus círculos de acção e influência;

4º

A Associação Nacional de Municípios Portugueses compromete-se a:

- a) Divulgar e encorajar, a nível nacional, as Câmaras Municipais a colaborar e dar o seu apoio ao Projecto nos respectivos municípios, nomeadamente através de participação dos seus técnicos nas acções pedagógicas e de sensibilização, seguimento de normas e aconselhamento do Projecto, divulgação local, apoios, montagem de exposições itinerantes do Projecto, organização de bancos de azulejos, etc.

5º

A Guarda Nacional Republicana (GNR), compromete-se a:

- a) Acentuar a fiscalização de feiras de velharias e outras, impedindo a venda de azulejos furtados, no âmbito das competências que lhes são atribuídas;
- b) Apoiar e divulgar o Projecto dentro dos seus círculos de acção e influência.
- c) Participar em acções de sensibilização e de formação desenvolvidas no âmbito do Projecto.

6º

A Polícia de Segurança Pública (PSP) compromete-se a:

- a) Acentuar a fiscalização de feiras de velharias e outras, impedindo a venda de azulejos furtados, no âmbito das competências que lhes são atribuídas;
- b) Apoiar e divulgar o Projecto dentro dos seus círculos de acção e influência.
- c) Participar em acções de sensibilização e de formação desenvolvidas no âmbito do Projecto.

7º

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e durará pelo período de três anos, considerando-se automaticamente renovado por iguais e sucessivos períodos se não for denunciado por qualquer das partes outorgantes com a antecedência mínima de noventa (90) dias em relação ao seu termo inicial ou a qualquer das suas posteriores renovações.

8º

Os outorgantes aceitam, desde já, que outras entidades se associem ao presente protocolo, mediante aditamento ao mesmo, assinado pelos presentes e futuros outorgantes.

\*\*\*

---

Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais

---

Instituto Politécnico de Tomar

---

Instituto Português do Património Arquitectónico

---

Associação Nacional de Municípios Portugueses

---

Guarda Nacional Republicana

---

Polícia de Segurança Pública